cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.08.09 07:00:28 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 9 de agosto de 2022 • Nº 1373 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

BALANÇO

Itaú lucra R$ 7,67 bi no segundo trimestre

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido de R$ 7,679 bilhões no segundo trimestre de 2022, o que corresponde a um crescimento de 17,3% na comparação com igual período do ano passado, e de 4,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A carteira de crédito do banco totalizou R$ 1,084 trilhão ao final de junho, alta de 19,3% em bases anuais, e de 5% na comparação trimestral. Com o resultado alcançado nos dois primeiros trimestres do ano, o banco revisou a projeção para o crescimento da carteira no acumulado de 2022, de uma faixa entre 9% e 12%, para entre 15,5% e 17,5%. Entre as pessoas físicas, a carteira de crédito do Itaú alcançou R$ 372,1 bilhões. PÁGINA 2

CNC

Endividamento das famílias chega a 78% e bate recorde

O endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras voltaram a subir e bateram recorde em julho, de acordo com pesquisa divulgada ontem pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

Segundo o levantamento, 78% das famílias brasileiras estão endividadas, e 29% estão com contas atrasadas -altas de 0,7% e de 0,5%, respectivamente, na comparação com junho. Os números são os maiores desde o início da pesquisa, em 2010. Tanto as famílias com renda acima de dez salários mínimos quanto as que recebem abaixo desse patamar viram o endividamento crescer no mês passado. Para os mais ricos, a obtenção dívidas cresceu 0,8%, enquanto no segundo grupo a alta foi de 0,6%. Já a parcela dos inadimplentes que declararam não ter condição de quitar débitos ficou em 10,7% em julho, acima de junho (10,6%). Em julho de 2021 o resultado foi de 10,9%. PÁGINA 2

FORÇAS ARMADAS

Fachin rejeita pedido da Defesa sobre dados de eleições passadas

ABRASIL

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) negou parcialmente um pedido das Forças Armadas de acesso a arquivos das eleições de 2014 e 2018. A resposta foi enviada ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. No documento anexo ao ofício assinado pelo atual presidente do TSE, ministro Edson Fachin (**foto**), o tribunal afirma que as entidades fiscalizadoras -o que inclui as Forças Armadas-, "não possuem poderes de análise fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE". O tribunal afirmou ainda que as regras de pleitos passados estabeleciam as datas de 13 de janeiro de 2015 e 17 de janeiro de 2019, respectivamente para as eleições de 2014 e 2018, "como prazo limite para apresentação do pedido". PÁGINA 3

PARCIALIDADE

Lindôra muda tom da PGR para blindar Bolsonaro

PÁGINA 3

ESQUERDA PERDE

Ultradireitista anuncia que será premier da Itália

PÁGINA 4

ELEIÇÕES

EDUARDO ANIZELLI/FOLHAPRESS

Freixo marca comício com Lula na Baixada Fluminense

O deputado Marcelo Freixo (PSB) (**foto**), candidato ao Governo do Rio de Janeiro, marcou ontem um comício com o ex-presidente Lula (PT) na Baixada Fluminense, área mais pobre da região metropolitana, após ser alvo de críticas do governador Cláudio Castro (PL) por sua atuação na região. O comício já estava previsto para ocorrer na campanha, mas Freixo reconheceu ser uma reação ao ataque de Castro. A agenda deve ocorrer em Nova Iguaçu. "Esse comício do Lula é uma reação da gente, mas não só. Tenho muita dúvida se a Baixada vai representar o que eles estão achando. Tem um sentimento de mudança pelo que aconteceu na vida das pessoas. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 1,81% / 108.402,27 / 1.930,35 / Volume: 28.468.815.976 / Quantidade: 4.065.127

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
GOL PN N2	10.62	+6.41	+0.64
SUL AMERICA UNT N2	26.18	+6.47	+1.59
REDE D OR ON NM	35.970	+6.61	+2.230
AZUL PN N2	14.22	+6.12	+0.82
HAPVIDA ON NM	6.83	+5.89	+0.38

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
JBS ON NM	29.95	–3.64	–1.13
LOCAWEB ON NM	8.71	–2.35	–0.21
MRV ON NM	11.17	–1.93	–0.22
BANCO PAN PN N1	7.28	–1.49	–0.11
ENEVA ON NM	15.37	–1.73	–0.27

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	36.63	+5.05	+1.76
VALE ON NM	68.58	+0.85	+0.58
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	25.24	+1.24	+0.31
PETROBRAS ON N2	39.33	+4.82	+1.81
BRASIL ON NM	38.98	+3.15	+1.19

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.832,54	+0,09
NASDAQ Composite	12.644,458	-0,10
Euro STOXX 50	3.758,05	+0,99
CAC 40	6.524,44	+0,80
FTSE 100	7.482,37	+0,57
DAX 30	13.687,69	+0,84

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	0,21% (jul.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,67% (jun.)	Compra: 5,2558	Venda: 5,4358
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(3/8)	13,75%	0,30	até o dia 8/ago	Compra: 5,1241	Venda: 5,1247
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(9/8)	0,74%	BM&F/grama	R$ 290,95	Compra: 5,1177	Venda: 5,1123
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(10/01/2022)	0,0436%	Compra: 5,2105	Venda: 5,2111	Compra: 5,1347	Venda: 5,3147

Economia

MERCADOS

Bolsa sobe 1,81% e recupera os 108 mil pontos; dólar cai

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em meio ao alívio no cenário externo e às expectativas para a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o dólar aproximou-se de R$ 5,10 e fechou no menor nível em sete semanas. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu quase 2%, impulsionada por ações da Petrobras e pela divulgação de lucros de empresas.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela euforia. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 108.402 pontos, com alta de 1,81%. O indicador está no maior nível desde 7 de junho.

As ações da Petrobras dispararam ontem. Os papéis ordinários (com voto em assembleia de acionista) subiram 4,82%. As ações preferenciais (com prioridade na distribuição de dividendos) valorizaram-se 5,05%. Os investidores aguardam a distribuição recorde de R$ 87,8 bilhões em dividendos da estatal, que ocorrerá na próxima quinta-feira.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,113, com recuo de R$ 0,054 (-1,04%). A cotação operou em queda durante toda a sessão, beneficiada pela entrada de fluxos estrangeiros de investidores em busca dos juros altos no Brasil. A divisa está no menor valor desde 15 de junho, quando tinha fechado a R$ 5,02.

Com o desempenho de ontem, a moeda norte-americana acumula queda de 3,11% desde quinta-feira passada, no dia seguinte à reunião do Copom. Na semana passada, o Banco Central (BC) indicou que o ciclo de alta da taxa Selic (juros básicos da economia) está perto do fim.

Hoje, o BC divulga a ata da última reunião do Copom, que elevou a taxa Selic para 13,75% ao ano. A expectativa de que as elevações da taxa de juros acabem agora, ou em setembro, tem atraído investidores estrangeiros, em busca de maiores rendimentos no Brasil, o que empurra para baixo a cotação do dólar.

BALANÇO

Itaú lucra R$ 7,6 bilhões no segundo trimestre de 2022

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido de R$ 7,679 bilhões no segundo trimestre de 2022, o que corresponde a um crescimento de 17,3% na comparação com igual período do ano passado, e de 4,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

A carteira de crédito do banco totalizou R$ 1,084 trilhão ao final de junho, alta de 19,3% em bases anuais, e de 5% na comparação trimestral.

Com o resultado alcançado nos dois primeiros trimestres do ano, o banco revisou a projeção para o crescimento da carteira no acumulado de 2022, de uma faixa entre 9% e 12%, para entre 15,5% e 17,5%.

Entre as pessoas físicas, a carteira de crédito do Itaú alcançou R$ 372,1 bilhões, incremento de 33,4% no ano contra ano, e de 7,4% na margem. Cartão de crédito (43,1%), crédito pessoal (35,6%) e crédito imobiliário (35,3%) foram os destaques de crescimento na categoria, considerando a comparação anual.

Entre as pessoas jurídicas, a carteira totalizou R$ 295,4 bilhões, evolução de 18,1% em bases anuais, e de 4,1% no trimestre. Destacaram-se nesse caso os financiamentos a exportação e importação (53,3%), o crédito imobiliário (47,6%) e o crédito rural (29,9%).

A margem financeira com clientes (diferença entre o custo do dinheiro captado pelo banco em relação ao cobrado dos clientes) cresceu 30,9% na comparação anual, e 9,7% em bases trimestrais, para R$ 21,98 bilhões.

Segundo o banco, o resultado se deveu à mudança no mix de produtos, com maior crescimento relativo de produtos com maiores spreads, como cartão financiado e crediário.

Inadimplência em alta entre as pessoas físicas Já o índice de inadimplência acima de 90 dias da instituição financeira atingiu 2,7%, contra 2,3% em junho de 2021, e 2,6% em março deste ano.

"O aumento ocorreu devido à maior inadimplência no segmento de pessoas físicas, que está se normalizando, nas carteiras de cartão de crédito, crédito pessoal e financiamento de veículos", disse o banco no relatório de resultados.

Entre as pessoas físicas, a taxa de atrasos encerrou o trimestre em 4,4%, ante 3,6% há um ano, e 4,1% em março deste ano.

As provisões do Itaú para créditos de liquidação duvidosa atingiram R$ 7,814 bilhões no segundo trimestre do ano, alta de 61,7% ano contra ano e de 11,7% na margem.

O ROE (Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado), indicador que mede a rentabilidade da operação, alcançou 20,8% em junho, ante 18,9% em igual período de 2021 e 20,4% no trimestre anterior.

CNC

Endividamento das famílias chega a 78% e bate recorde em julho

O endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras voltaram a subir e bateram recorde em julho, de acordo com pesquisa divulgada ontem pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

Segundo o levantamento, 78% das famílias brasileiras estão endividadas, e 29% estão com contas atrasadas -altas de 0,7% e de 0,5%, respectivamente, na comparação com junho. Os números são os maiores desde o início da pesquisa, em 2010.

Tanto as famílias com renda acima de dez salários mínimos quanto as que recebem abaixo desse patamar viram o endividamento crescer no mês passado. Para os mais ricos, a obtenção dívidas cresceu 0,8%, enquanto no segundo grupo a alta foi de 0,6%.

Já a parcela dos inadimplentes que declararam não ter condição de quitar débitos ficou em 10,7% em julho, acima de junho (10,6%). Em julho de 2021 o resultado foi de 10,9%.

Esse grupo é composto principalmente por consumidores que não concluíram o ensino médio (13%), que também foram os que mais precisaram atrasar pagamentos no próprio mês de julho (33,3%).

"A alta dos indicadores de inadimplência, após queda nos meses de abril, maio e junho, indica que as medidas extraordinárias de suporte à renda, como os saques extras do FGTS e a antecipação do 13º salário aos beneficiários do INSS, aparentemente tiveram efeito momentâneo no pagamento de contas ou dívidas já atrasadas, concentrado no segundo trimestre deste ano", apontou em nota o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

A proporção de mulheres com dívidas aumentou 0,5 ponto percentual entre junho e julho, mas cresceu ainda mais entre os homens, 1,0 ponto. O público feminino é atualmente o mais endividado e, embora o endividamento venha desacelerando entre as mulheres nos últimos meses, no ano, o incremento na proporção de endividados foi maior entre as mulheres (+8,3 pontos percentuais).

O número de famílias endividadas no cartão de crédito caiu pelo terceiro mês em julho, movimento que novamente ocorreu entre os consumidores nos dois grupos de renda. Do total de endividados no país, 85,4% possuem dívidas no cartão de crédito, proporção que havia chegado a 88,8% em abril deste ano.

ENERGIA

Abrace vai recorrer a ministério contra beneficio dado à J&F

O debate parecia ter sido encerrado, mas volta com força. A autorização para a Âmbar Energia usar a sua térmica em Cuiabá, a Mário Covas, no lugar de quatro outras usinas a gás que atrasaram é questionada formalmente pela Abrace (Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres).

A Âmbar é braço de energia do grupo J&F, que também controla a JBS, empresa global do setor de carnes. A troca dos empreendimentos foi autorizada em 12 de julho pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), apesar de o contrato proibir esse tipo de operação.

A Abrace protocolou na Aneel recurso contra o benefício, encaminhando cópia do documento ao MME (Ministério de Minas e Energia), questionando a pasta sobre a questão e pedindo posicionamento.

Segundo a reportagem apurou, em paralelo, está em análise a abertura de uma representação sobre a questão da Âmbar no TCU (Tribunal de Contas da União). O órgão está colhendo informações para identificar possíveis irregularidades e questionar a Aneel.

As quatro térmicas da Âmbar fazem parte de um grupo de 17 usinas que foram contratadas em outubro do ano passado pelo PCS (Procedimento Competitivo Simplificado), um leilão de energia emergencial. Os empreendimentos deveriam operar de 1º de maio deste ano e 31 de dezembro de 2025. Caso ocorresse atraso na entrega da energia, haveria pagamento de multa e rescisão do contrato a partir de 1º de agosto deste ano.

Uma cláusula do contrato de fornecimento dessas térmicas exige que a energia seja entregue pela térmica que venceu o leilão e diz claramente que não é permitido substituir nenhuma delas por qualquer outra usina do sistema.

Do total, 11 delas, incluindo as 4 da Âmbar, não entraram em operação na data limite, no final de julho, e já foram notificadas a prestar esclarecimentos em 15 dias para a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

O que está em discussão são quantias bilionárias a serem pagas pelos consumidores de energia. Pelas estimativas do setor, o conjunto de 11 térmicas do PCS que não ficaram prontas elevariam a conta de luz em R$ 32 bilhões. As quatro térmicas da Âmbar, assumidas pela térmica de Cuiabá, responderiam por quase R$ 18 bilhões dessa conta.

A Frente Nacional de Consumidores de Energia, associação de sete entidades que será oficializada nesta semana, divulgou carta aberta pedindo o cumprimento do edital, que prevê a rescisão do contrato em caso de atraso. Esse grupo de entidades também pede uma manifestação oficial do ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, para a Aneel.

O ministro já falou, em entrevista ao programa Direto ao Ponto, da Jovem Pan, que se uma térmica do PCS não ficar pronta no prazo, entende que o contrato está rompido.

GARANTIA

Tesouro paga em julho R$ 400,56 milhões em dívidas de estados

A União pagou, em julho, R$ 400,56 milhões em dívidas atrasadas de estados, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional. Do total, R$ 162,95 milhões são débitos não quitados pelos estados de Minas Gerais; R$ 106,67 milhões do Rio de Janeiro; R$ 77,46 milhões de Goiás, e R$ 53,47 milhões do Rio Grande do Sul. As informações são da Agência Brasil.

Este ano, já são R$ 5,02 bilhões de dívidas de entes subnacionais honradas pela União. Os que tiveram os maiores valores honrados foram os estados de Minas Gerais (R$ 1,97 bilhão), Rio de Janeiro (R$ 1,9 bilhão) e Goiás (R$ 723,04 milhões). Rio Grande do Sul (R$ 399,23 milhões) e Rio Grande do Norte (R$ 15,50 milhões) também aparecem na lista de entes que tiveram as garantias honradas em 2022.

Desde 2016, a União realizou o pagamento de R$ 46,93 bilhões em dívidas garantidas. Além do relatório mensal, o Tesouro Nacional também disponibiliza os dados no Painel de Garantias Honradas.

As garantias representam os ativos oferecidos pela União -representada pelo Tesouro Nacional- para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como garantidor das operações, ele é comunicado pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto com bloqueios de repasses federais ordinários, além de impedir novos financiamentos. Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias, a partir da adoção de regime de recuperação fiscal ou por meio de decisões judiciais que suspenderam a execução.

Em 2022, a União recuperou R$ 29,35 milhões em contragarantias. Todo o valor é referente a dívidas pagas do estado do Rio Grande do Norte.

METRÓPOLES

Pobreza chega a recorde de quase 20 milhões

Com o corte do auxílio emergencial, a disparada da inflação e a retomada insuficiente do mercado de trabalho, o número de pessoas em situação de pobreza saltou para 19,8 milhões nas metrópoles brasileiras em 2021.

É o maior nível de uma série histórica de dez anos, iniciada em 2012, aponta o 9º Boletim Desigualdade nas Metrópoles. O estudo analisa estatísticas das 22 principais áreas metropolitanas do país. Ao chegar a 19,8 milhões, o número de pobres passou a representar 23,7% -quase um quarto- da população total dessas regiões. O percentual também é, com folga, o maior da série histórica. Até então, a porcentagem nunca havia alcançado 20%.

O grupo em situação de pobreza teve acréscimo de 3,8 milhões de pessoas na comparação com 2020, quando estava em cerca de 16 milhões. O avanço equivale a praticamente o dobro da população total estimada para uma cidade como Curitiba -quase 2 milhões de habitantes. O boletim é produzido em uma parceria entre PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Observatório das Metrópoles e RedODSAL (Rede de Observatórios da Dívida Social na AL).

Diário do Acionista
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 21º 16º 95% 06:35 17:4 **INVERNO:** Chuvoso durante o dia e à noite.

FORÇAS ARMADAS

TSE nega pedido da Defesa de dados de eleições passadas

RENATA GALF E MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) negou parcialmente um pedido das Forças Armadas de acesso a arquivos das eleições de 2014 e 2018. A resposta foi enviada ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira.

No documento anexo ao ofício assinado pelo atual presidente do TSE, ministro Edson Fachin, o tribunal afirma que as entidades fiscalizadoras -o que inclui as Forças Armadas-, "não possuem poderes de análise fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE".

O tribunal afirmou ainda que as regras de pleitos passados estabeleciam as datas de 13 de janeiro de 2015 e 17 de janeiro de 2019, respectivamente para as eleições de 2014 e 2018, "como prazo limite para apresentação do pedido".

Outra parte do pedido referente às duas últimas eleições gerais foi respondida com links do portal de dados abertos do tribunal.

Em um ofício remetido à corte no final de junho, as Forças Armadas solicitaram uma série de arquivos relacionados às eleições de 2014 e 2018, justamente os anos em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) alega, sem nenhuma evidência, além de teorias conspiratórias, que teria havido fraude. Bolsonaro acumula mentiras sobre o tema.

O pedido se soma a uma série de ocasiões em que os militares questionam a corte em alinhamento ao discurso do presidente de desacreditar as urnas.

Bolsonaro vem fomentando a descrença nas urnas. No entanto, ao invés de ser barrado por aqueles ao seu redor, o mandatário tem contado com o respaldo de militares, membros do alto escalão do governo e seu partido em sua cruzada contra a Justiça Eleitoral.

O ofício com a solicitação tinha sido encaminhado ao tribunal pelo ministro da Defesa, já a listagem dos arquivos a serem solicitados foi assinada pelo coronel do Exército Marcelo Nogueira de Sousa, que é o chefe da equipe das Forças Armadas de fiscalização do processo eleitoral.

Também assinaram o coronel Wagner Oliveira da Silva (Força Aérea), o capitão de fragata Marcus Rogers Cavalcante Andrade (Marinha) e o coronel Ricardo Sant'ana (Exército).

Fachin disse ainda no ofício que "todas as informações solicitadas pelas entidades fiscalizadoras e membros da Comissão de Transparência das Eleições são sempre respondidas, através de ofício circular, para as demais entidades".

Os militares vêm cobrando a realização de reunião técnica reservada com o tribunal. Em documento do início de junho, Nogueira afirmou que as Forças Armadas "não se sentem devidamente prestigiadas".

"O primado da transparência e a observância ao iter de fiscalização recomendam que não vicejem espaços institucionais reservados ou reuniões que estejam fora do plano de ação aprovado pela Comissão", consta no ofício enviado nesta segunda.

Fachin afirmou ainda que o TSE "segue zelando pelo Estado Democrático de Direito e pela higidez dos ritos procedimentais adotados nesta etapa de fiscalização" e que avança "na preparação das eleições íntegras, seguras e pacíficas que se concretizarão em 55 dias".

O envio de registro escrito de outros itens solicitados pelos militares também foi negado, o tribunal afirmou que eles são disponibilizados no ambiente do TSE, durante a inspeção do código-fonte.

"Da leitura das prescrições normativas, haure-se claramente que a comunicação escrita não se presta a detalhar para as entidades fiscalizadoras elementos sobre especificação e desenvolvimento de sistemas que devam ser aferidos exclusivamente in loco na ambiência do Tribunal Superior Eleitoral", diz o ofício assinado por Fachin.

Na sequência afirma que "o TSE franqueou o acesso às suas dependências para inspeção do código-fonte dos programas a serem utilizados nas eleições 2022, desde o mês de outubro do ano de 2021, fazendo ampla divulgação das suas reiteradas iniciativas de transparência".

No dia 3, o grupo de militares começou a analisar o código-fonte das urnas eletrônicas em ambiente montado pelo TSE. Esta inspeção deve se encerrar no próximo dia 12.

O código está disponível desde outubro de 2021 para as entidades de fiscalização das eleições, como as Forças Armadas. A análise dos militares começou após o ministro da Defesa enviar ao TSE pedido com carimbo de "urgentíssimo".

As Forças Armadas foram chamadas pelo próprio TSE, em 2021, para participar de discussões sobre as regras das eleições.

Desde então, os militares encerraram um silêncio de 25 anos sobre as urnas eletrônicas e apresentaram mais de 80 questionamentos ao tribunal, além de uma série de propostas de mudanças para o pleito.

Fachin exclui militar de grupo de fiscalização das eleições por divulgar fake news

MATEUS VARGAS E CÉZAR FEITOZA/FOLHAPRESS

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin, decidiu excluir do grupo de militares que participa da fiscalização das eleições o coronel Ricardo Sant'Ana.

Em ofício enviado ontem ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, Fachin afirma que o militar divulgou nas redes sociais "informações falsas a fim de desacreditar o sistema eleitoral brasileiro".

"Conforme apuração da imprensa, mensagens compartilhadas pelo coronel foram rotuladas como falsas e se prestaram a fazer militância contra as mesmas urnas eletrônicas que, na qualidade de técnico, este solicitou credenciamento junto ao TSE para fiscalizar", escreveu o presidente do tribunal.

O ofício também é assinado pelo ministro Alexandre de Moraes, que assume o comando do TSE no próximo dia 16.

As mensagens de Sant'Ana contra as urnas foram divulgadas pelo portal Metrópoles. Segundo a publicação, um vídeo divulgado pelo militar comparava o voto à compra de bilhete de loteria.

O coronel também compartilhou texto do deputado Filipe Barros (PL-PR) com críticas às missões de observação eleitoral. "Vão observar o que, se nem o eleitor tem direito de observar se seu voto foi registrado, apurado e totalizado corretamente", questiona Barros, na imagem republicada por Sant'Ana. O perfil do militar foi deletado das redes sociais, segundo o ofício do TSE.

TESTA DE FERRO DE ARAS

Bolsonarista Lindôra, da PGR, intensifica estratégia para blindar Bolsonaro

JOSÉ MARQUES E MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

Com a proximidade do fim do primeiro mandato de Jair Bolsonaro (PL), a vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, elevou o tom nas defesas que faz ao STF (Supremo Tribunal Federal) pelo arquivamento de apurações que envolvem o presidente e seus aliados.

A escalada tem sido vista dentro do Ministério Público Federal como uma tentativa de blindar Bolsonaro e evitar a reabertura de investigações contra ele caso perca as eleições.

Consequentemente, em caso de reabertura dessas apurações, haveria margem para questionar na Justiça o trabalho da PGR (Procuradoria-Geral da República), comandada por Augusto Aras.

No ano passado, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, arquivou uma ação de senadores contra Aras por suposta prevaricação, mas afirmou que isso não eliminaria a possibilidade de novo processo "na hipótese de surgimento de novos elementos".

Posicionamentos de Lindôra resultaram em críticas do próprio Moraes e também da cúpula da CPI da Covid, que a chamou de "testa de ferro" de Aras. Procurada pela reportagem, a vice-procuradora-geral não se manifestou.

Lindôra é o braço direito de Aras na PGR mesmo antes de ocupar o posto de vice, cargo para o qual foi nomeada em abril deste ano. Ela tomou a linha de frente em momento de alinhamento com Bolsonaro e tem assumido o desgaste político do órgão.

É um nome que tende a ser considerado pelo Palácio do Planalto para o comando do Ministério Público Federal caso Bolsonaro seja reeleito.

No final de julho, por exemplo, Lindôra pediu ao STF o arquivamento de 7 das 10 apurações preliminares abertas após a conclusão dos trabalhos da CPI da Covid no Senado. Cinco desses procedimentos incluem crimes atribuídos a Bolsonaro pela comissão parlamentar.

A subprocuradora usou argumentos que vão além da falta de provas para que as apurações sejam encerradas. Disse que não há indícios de crimes, argumento que dificultaria a reabertura de um novo processo a respeito das suspeitas apontadas pela CPI.

ONLINE

Eduardo declara ganho de R$ 600 mil com curso

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R$ 1,76 milhão, incluindo R$ 600 mil em conta corrente relativos a "venda de um treinamento online via empresa 'Eduardo Bolsonaro cursos'". Os documentos entregues ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no registro de sua candidatura à reeleição não informam qual treinamento é esse.

O filho do presidente vende na internet cursos relacionados a conservadorismo e armas. Um deles é o Prepara Brasil, em que o deputado federal anuncia aulas, entre outros, com os ex-ministros Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Onyx Lorenzoni (Trabalho) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). O patrimônio declarado por Eduardo inclui ainda dois imóveis no Rio de Janeiro, um de R$ 1 milhão financiado, "com parcelas ainda em pagamento", e outro quitado, de R$ 160 mil. Em 2018, Eduardo Bolsonaro declarou patrimônio de R$ 1,4 milhão. Quatro anos antes, em 2014, seus bens informados à Justiça Eleitoral somavam R$ 205 mil (R$ 334 mil em valores atualizados), incluindo apenas o apartamento de R$ 160 mil e um carro.

Em oito anos, os bens do filho do presidente cresceram cinco vezes, já descontada a inflação.

O jornal Folha de S.Paulo revelou em janeiro de 2018 que o então deputado e presidenciável Jair Bolsonaro e seus três filhos que exercem mandato eram donos de 13 imóveis com preço de mercado de pelo menos R$ 15 milhões, a maioria em pontos altamente valorizados do Rio de Janeiro, como Copacabana, Barra da Tijuca e Urca. Flávio, deputado estadual no Rio de Janeiro e hoje senador, havia negociado 19 imóveis nos 13 anos anteriores. Os bens dos Bolsonaro incluíam ainda carros que iam de R$ 45 mil a R$ 105 mil, um jet-ski e aplicações financeiras, em um total de R$ 1,7 milhão.

Quando entrou na política, em 1988, Bolsonaro declarava ter apenas um Fiat Panorama, uma moto e dois lotes de pequeno valor em Resende, no interior no Rio -valendo pouco mais de R$ 10 mil em dinheiro atual. Desde então, sua única profissão é a política.

JIU-JÍTSU

PM que assassinou lutador foi condenado por agredir policiais

PAULO EDUARDO DIAS/FOLHAPRESS

O tenente da Polícia Militar Henrique Otavio Oliveira Velozo, 30, que matou com um tiro na cabeça o lutador de jiu-jítsu Leandro Lo, 33, durante um show do grupo Pixote, no Esporte Clube Sírio, na zona sul de São Paulo, tem uma condenação na Justiça Militar por agredir e desacatar PMs.

Em maio do ano passado, Velozo foi condenado a nove meses de prisão em regime aberto. No entanto, por ser réu primário, a Justiça suspendeu o cumprimento da pena por dois anos. Quem recebe esse tipo de concessão tem a pena extinta caso não cometa outro crime no período estabelecido.

O episódio que levou à condenação de Velozo ocorreu em 27 de outubro de 2017 na The Week, na Lapa, zona oeste paulistana. Ele estava de folga.

Segundo a denúncia recebida pela 1ª Auditoria da Justiça Militar, policiais militares foram acionados para ir à casa noturna após o tenente se envolver em uma confusão no local.

No processo, ele alegou que apenas agiu para separar sete pessoas que agrediam um primo dele.

Ao ser abordado pelos policiais, Velozo reagiu.

"Em dado momento, o soldado (a reportagem suprimiu o nome do policial) se afastou do denunciado e esticou o braço, em nítida intenção de mantê-lo a distância. Neste instante, o tenente Velozo desferiu um soco no braço do soldado. Em seguida, o denunciado desferiu outro soco, visando acertar o rosto soldado", cita trecho da denúncia.

Mostrando-se exaltado e nervoso, Velozo passou a agredir verbalmente um outro tenente que chegou ao local, dizendo "você é meu recruta", "seu covarde", além de diversos palavrões.

O Ministério Público denunciou Velozo à Justiça em decorrência da agressão e do desacato. O tenente foi absolvido em primeira instância, mas a Promotoria recorreu da decisão.

PRISÃO

No domingo passado, o tenente entrou-se à Corregedoria da PM após ter a sua prisão temporária decretada. Ele foi levado ao Presídio Militar Romão Gomes, na zona norte.

PROCESSO SELETIVO

Coletivos da USP assinam nota de repúdio contra departamento de filosofia

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

Dez coletivos e associações da USP (Universidade de São Paulo) assinaram uma nota de repúdio à falta de ações afirmativas no processo seletivo do curso de pós-graduação em filosofia na universidade.

A carta foi elaborada pela Comissão de Implementação de Ações Afirmativas, criada no ano passado e formada por alunos e professores do curso da pós-graduação da universidade. O curso de filosofia está vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

No documento, eles criticam a "sistêmica resistência" do departamento de filosofia "em relação a mudanças que promovam maior diversidade entre seu corpo discente e de pesquisadores".

O texto afirma que o departamento "vem criando obstáculos e se recusando a até mesmo pautar em suas reuniões a necessidade de incluir ações afirmativas" no edital de seleção do programa.

Entre os signatários do documento estão a Associação de Docentes da USP (Adusp), a Rede Não Cala!, o Diretório Central dos Estudantes da USP e o Centro Acadêmico de Geografia. A partir desta segunda-feira, o documento será aberto ao público para colher assinaturas.

O professor Paulo Martins, diretor da FFLCH, e a presidente da comissão de pós-graduação da FFLCH, Cláudia Pino, afirmam, em nota, que a direção é "plenamente a favor das ações afirmativas em todos os níveis acadêmicos".

Entretanto, seguem, "os programas de pós-graduação da FFLCH gozam de plena liberdade para deliberar a respeito de seus regulamentos e formas de ingresso".

Eles afirmam ainda que o departamento "já fez ampla discussão sobre ações afirmativas", explicando as diferentes modalidades de seleção de vagas e bolsas para grupos minoritários. "Os programas vêm discutindo internamente qual é a modalidade que mais convém a seu perfil e implementando pouco a pouco ações afirmativas em seus editais de ingresso e seleção de bolsas", continua a nota.

TRÂNSITO

Prefeitura recebe aval para implantar motofaixa

A Secretaria Nacional de Trânsito autorizou a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) a ampliar a Faixa Azul para motocicletas em mais 14,5 km, em São Paulo. Atualmente, a motofaixa -criada em janeiro na tentativa de reduzir no número de acidentes envolvendo motos- funciona em um trecho de cerca de 5,5 km, entre a praça da Bandeira, na região central, e o complexo viário João Jorge Saad, o Cebolinha, na zona sul.

A motofaixa de 90 cm de largura fica entre as faixas 1 e 2, à esquerda, na pista em direção aos bairros da 23 de Maio.

Com a ampliação, ela deverá se estender ao norte da praça da Bandeira até a ponte das Bandeiras, passando pelas avenidas Prestes Maia, Tiradentes e Santos Dumont, em um trecho de cerca de 4 km.

Ao sul, seguirá pela avenida Rubem Berta até a avenida dos Bandeirantes, por cerca de 2 km. Já na avenida dos Bandeirantes, a motofaixa será implantada da marginal Pinheiros até o viaduto Ministro Aliomar Baleeiro, na Saúde, por cerca de 8,5 km.

Segundo a portaria publicada nesta segunda-feira (8), a autorização em caráter experimental é válida pelo período de um ano.

A CET diz que a primeira etapa do projeto de expansão da Faixa Azul será a sinalização na avenida dos Bandeirantes e, posteriormente, no Corredor Norte-Sul.

INVERNO: Sol com algumas nuvens. Tarde e noite chuvosas. Manhã Tarde Noite 24º 19º 85% 06:22 17:34

ELEIÇÕES

Freixo marca comício com Lula na Baixada após crítica de Castro

ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

O deputado Marcelo Freixo (PSB), candidato ao Governo do Rio de Janeiro, marcou ontem um comício com o ex-presidente Lula (PT) na Baixada Fluminense, área mais pobre da região metropolitana, após ser alvo de críticas do governador Cláudio Castro (PL) por sua atuação na região.

O comício já estava previsto para ocorrer na campanha, mas Freixo reconheceu ser uma reação ao ataque de Castro. A agenda deve ocorrer em Nova Iguaçu.

"Esse comício do Lula é uma reação da gente, mas não só. Tenho muita dúvida se a Baixada vai representar o que eles estão achando. Tem um sentimento de mudança pelo que aconteceu na vida das pessoas. Não sei se vai ser um sentimento de acordo com o que está aí", disse Freixo.

Durante debate no domingo passado promovido pela TV Bandeirantes, Castro afirmou que Freixo não deu atenção à Baixada durante seu mandato. O objetivo foi colar ao adversário uma imagem elitista e de distanciamento de cidades de fora da capital.

"Para ele a Baixada não é importante, porque ele nunca se preocupou com a Baixada. Talvez ele não saiba nem onde fique a Baixada", afirmou Castro.

Freixo negou ter ignorado a região em seu mandato como deputado federal.

"Temos R$ 4 milhões de emendas para a Baixada. Minha agenda tem sido no último ano essencialmente na Baixada", afirmou o candidato do PSB.

O candidato do PSB recebeu ligação do ex-presidente para tratar do tema quando divulgava o seu plano de governo.

Um comício na Baixada era um desejo antigo do petista. Lula considerava, inclusive, ser o local mais adequado para o primeiro palanque após a oficialização de sua candidatura. O evento, porém, acabou sendo marcado na Cinelândia.

"Eu queria fazer na Baixada, não queria vir aqui (na Cinelândia). Primeiro tentaram desmarcar e eu não deixei. Depois eu fui derrotado porque eu queria na Baixada, mas disseram que tinha que ser aqui. Quero agradecer a quem me derrotou porque tem muita gente nessa praça", disse Lula, na ocasião.

Castro tem focado sua campanha em cidades do interior, onde tem realizado obras com recursos da concessão dos serviços de saneamento básico. O vice na chapa do governador é Washington Reis (MDB), ex-prefeito de Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense.

A campanha de Freixo espera usar a imagem de Lula para crescer junto ao eleitorado mais pobre, faixa em que tem o pior resultado, de acordo com dados da pesquisa Datafolha. O candidato do PSB e o governador lideram, em empate técnico, as intenções de votos para o governo.

ESQUERDA FRACA

Ultradireitista diz que será primeira-ministra da Itália

IVAN FINOTTI/FOLHAPRESS

A líder do partido ultradireitista Irmãos da Itália, Giorgia Meloni, declarou que indicará a si mesma como primeira-ministra do país, caso seu partido seja o mais votado da coalizão conservadora nas eleições de 25 de setembro. E, ao que tudo indica, será.

"Ao contrário da imprensa, não ficarei elucubrando quem será o presidente ou o primeiro-ministro. Na coalizão de direita, o partido que receber mais votos dirá quem deve ser indicado como primeiro-ministro. E esse nome será o meu", disse a romana de 45 anos à rádio italiana RTL ontem de manhã.

Meloni, cujo Irmãos da Itália está em primeiro lugar, entre 22% e 24%, a depender da pesquisa, concorrerá unida com a também ultradireitista Liga (entre 15% e 17%), de Matteo Salvini, e com a conservadora Força, Itália (cerca de 8%), de Silvio Berlusconi.

A coalizão tem um acordo de que o partido mais votado dos três será o responsável por escolher o novo nome do governo.

O mecanismo eleitoral italiano funciona pela lógica de coalizões, colocando a direita em situação bastante favorável com seus mais de 45%, segundo pesquisas divulgadas na semana passada e neste fim de semana. Já a aliança centro-esquerda tem batido cabeça, com uniões e desuniões se sucedendo a cada semana.

O crescimento do Irmãos da Itália nos últimos anos é impressionante. Se hoje consegue sensibilizar praticamente um quarto dos eleitores do país, nas últimas eleições, em 2018, foi um dos partidos mais mal votados, com apenas 4,4% das escolhas.

"Sou Giorgia. Uma mulher, uma mãe, uma cristã". Assim se apresenta a presidente do partido, que possui uma plataforma nacionalista, eurocética (descrença acerca da União Europeia) e contra o "lobby LGBTQIA+", a "violência islamista" e a "imigração de massa".

Meloni é pródiga em declarações polêmicas, como quando sugeriu um bloqueio naval na África para impedir que barcos de refugiados chegassem à costa italiana.

Em 2012, ela participou da fundação do Irmãos da Itália (Fratelli d'Italia, no original; expressão que está no primeiro verso do hino nacional). Caso se torne primeira-ministra, será a primeira mulher no cargo.

O canto da vitória de Meloni acontece um dia depois de seus adversários sofrerem um grande revés. Neste domingo passado, o centrista Ação (cerca de 5%, junto com o Mais Europa) anunciou sua desistência de participar da coalização de centro-esquerda. Essa aliança é liderada pelo Partido Democrático (PD), que, sozinho, alcança entre 22% e 24% dos eleitores.

O líder do Ação, Carlo Calenda, havia dito que sairia da união caso fossem aceitos partidos que não houvessem votado de acordo com propostas do primeiro-ministro Mario Draghi.

Ele se referia ao partido Movimento 5 Estrelas (com cerca de 10% dos votos), que iniciou conversas com o PD e que foi o maior responsável pela queda de Draghi no mês passado.

Foi a falta de votos do 5 Estrelas a uma das propostas de Draghi que derrubou seu governo, antecipando novas eleições na Itália do ano que vem para daqui a sete semanas. O primeiro-ministro segue em exercício até a escolha do novo nome.

Caso essas conversas com o 5 Estrelas avancem e se mantenham até 25 de setembro, o PD ainda precisará manter o Esquerda Italiana e o Europa Verde (cerca de 4% os dois juntos) ao seu lado e cooptar mais aliados.

Todos os cenários, entretanto, parecem pender para os adversários.

Aos grandes partidos somam-se outros nanicos como Artigo 1, de centro-esquerda, Compromisso Cívico e Itália Viva, de centro, e ItalExit, de direita, todos com cerca de 2%.

"As peças não encaixavam", afirmou Calenda em entrevista à Rai neste domingo. "Não estou confortável com isto, não há coragem, seriedade e amor em fazer política, então comuniquei aos líderes do Partido Democrata que não pretendo continuar com esta aliança."

Calenda disse ainda que a decisão foi "a mais dolorosa" de sua vida, ao que o líder do PD, Enrico Letta, retrucou: "Parece-me que o único aliado possível a Calenda é Calenda".

2 DE SETEMBRO

Paes cria dia para celebrar fim das restrições contra Covid

A Prefeitura do Rio de Janeiro instituiu o Dia do Reencontro, a ser celebrado no dia 2 de setembro. O decreto assinado pelo prefeito Eduardo Paes consta na edição de desta segunda-feira do *Diário Oficial do Município*. O objetivo é celebrar um ano do início da flexibilização das medidas restritivas adotadas na capital fluminense em meio ao combate à pandemia da Covid-19. Conforme o decreto, a data será ponto facultativo no serviço público municipal, exceto nos órgãos cujas atividades não podem ser paralisadas. O Dia do Reencontro coincidirá com a abertura do festival Rock in Rio. Segundo a prefeitura, trata-se do reinício da realização de grandes eventos na cidade.

As primeiras medidas de flexibilização, como liberação parcial dos estádios e das casas de shows, foram anunciadas em julho do ano passado. Elas foram programadas para começar a vigorar em 2 de setembro do ano passado, quando também teria início um festival com atividades culturais, artísticas e gastronômicas em espaços abertos.

Na época, o prefeito também apresentou a proposta de criação de um feriado. A ideia foi alvo de críticas e gerou dúvidas a respeito da sua data.

EFEITO PELOSI

China estende exercícios em torno de Taiwan

A China anunciou ontem novos exercícios militares nos mares e no espaço aéreo ao redor de Taiwan, prosseguindo com a retaliação pela visita da presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, à ilha que Pequim considera parte de seu território.

A manutenção das maiores manobras já feitas na região, que estavam previstas para terminar no domingo passado, aumentam os temores de que o país seguirá com a pressão às defesas taiwanesas, desafiando os apelos do Ocidente e adicionando mais expectativa de que haja uma resposta dos Estados Unidos.

O treinamento ocorre em condições reais de guerra e, segundo comunicado do Comando Militar do Leste do exército chinês, tem foco em operações antissubmarino e de ataque marítimo.

A duração e a localização exata dos exercícios ainda não são conhecidas, mas Taiwan já diminuiu as restrições de voo perto das seis áreas usadas nas manobras anteriores.

Ontem, o porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin, disse que Pequim está realizando exercícios militares normais em "suas próprias águas" de maneira aberta, transparente e profissional.

O Ministério das Relações Exteriores de Taiwan condenou a manutenção das manobras, exigindo a interrupção das ações e dizendo que a China estava criando crises deliberadamente. "Diante da intimidação militar criada pela China, Taiwan não terá medo nem recuará, e defenderá com mais firmeza sua soberania, segurança nacional e modo de vida livre e democrático", disse em comunicado.

O presidente dos EUA, Joe Biden, também manifestou apreensão com o prosseguimento dos exercícios. "Estou preocupado que eles estejam se movendo tanto quanto estão", disse nesta segunda.

O governo americano vem condenando as ações chinesas tomadas após a visita de Pelosi à ilha. Mas Washington, que há muito atua como protetor não oficial de Taiwan, não revelou se usaria força militar para deter a escalada da situação.

CONTESTAÇÃO

Eleição no Quênia tem campanha conturbada

O Quênia, uma das principais economias do leste da África, vai às urnas hoje eleger o próximo presidente -além de Legislativo e governos regionais- sob a tensão de que o clima beligerante visto nos últimos pleitos volte causar instabilidade no país.

O cenário para a sucessão de Uhuru Kenyatta, 60, que deixa o poder após dez anos, já vem se desenhando conturbado. A disputa tem como favoritos Raila Odinga, 77, antigo rival do atual mandatário, e William Ruto, 55, atual vice-presidente. Ao contrário do que essa disposição faz parecer à primeira vista, o candidato governista é Odinga; o atual mandatário rompeu com seu vice logo após as últimas eleições e decidiu apoiar o rival que derrotou cinco anos atrás, que é filho do vice de seu pai –primeiro líder do Quênia após a independência, nos anos 1960. Independentemente do resultado, a disputa pode ser decidida na Justiça do país, já que é grande o risco de o candidato derrotado contestar os resultados, a exemplo do que ocorreu nos últimos pleitos.

Em 2017, Odinga questionou a derrota para Kenyatta, e a Suprema Corte ordenou uma nova eleição, que confirmou a vitória do atual mandatário. Odinga também havia contestado o resultado dez anos antes, mas o desfecho foi bem mais tenso: conflitos étnicos se espalharam e mais de 1.100 pessoas morreram no país, com 600 mil tendo que sair de casa em meio a um cenário de quase uma guerra civil.

A questão, aliás, é peça-chave para compreender a aliança que se formaria entre o presidente e Ruto, já que os dois foram acusados de crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional, em Haia.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - 01.235.622/0001-61, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, através do processo nº 14/200.553/2008, Licença Ambiental Municipal da Instalação sob nº 002194/2022 para CONSTRUÇÃO DE GRUPAMENTO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR, NA AVENIDA NUTA JAMES Nº185 - BARRA DA TIJUCA – RIO DE JANEIRO/RJ.

SINOCHEM PETRÓLEO BRASIL LIMITADA

SINOCHEM PETRÓLEO BRASIL LTDA. CNPJ: 06.871.406/0001-26

Balanços patrimoniais em 31/12/2021 e 2020 (*Em MR$*)

	Nota	2021	2020
Ativo		13.834.004	12.183.397
Circulante		111.801	150.959
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.479	7.435
Adiantamento de óleo com parceiro	6.1	34.999	32.591
I.R. e C.S. a recuperar	7.1	5.020	7.095
Tributos a recuperar	7.2	687	11.542
Adiantamentos à operadora	8	62.243	92.230
Outros ativos circulantes		373	66
Não circulante		13.722.203	12.032.438
Realizável a Longo Prazo			
I.R. e C.S. a recuperar	7.1	44.847	43.773
Tributos a recuperar	7.2	165.333	146.338
Estoque de equipamentos	6	624.542	509.833
Depósitos judiciais	9	7.771	6.510
Tributos Diferidos	16	2.133.804	1.821.250
Imobilizado	10	7.681.895	6.911.090
Intangível	11	3.064.011	2.593.644

Demonstrações do resultado em 31/12/2021 e 2020 (*Em MR$*)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	19	-	336.417
Custo dos produtos vendidos	20	-	(780.703)
Resultado bruto		-	(444.286)
Receitas (despesas) operacionais			
Provisão para perda em ativo imobilizado	21	-	(2.857.378)
Gastos exploratórios	22	(92)	(147)
Gastos com desenvolvimento não capitalizáveis		(62.591)	(44.599)
Despesas com vendas		-	(1.911)
Despesas com pessoal		(6.148)	(6.649)
Despesas administrativas		(2.307)	(2.365)
Despesa com ociosidade	24	(640.633)	-
Impostos e taxas	23	(265)	(657)
Serviços de terceiros		(15.256)	(13.458)
Outras despesas operacionais	24	(55.160)	(60.887)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(782.452)	(3.432.336)
Receitas financeiras	25	2.396	1.762
Despesas financeiras	25	(229.342)	(189.770)
Resultado financeiro líquido		(226.946)	(188.008)
Prejuízo antes da C.S. e do I.R.		(1.009.398)	(3.620.344)
I.R. e C.S. diferidos	16	312.555	904.028
Prejuízo do exercício		(696.843)	(2.716.316)

Passivo e patrimônio líquido		13.834.004	12.183.397
Circulante		900.398	800.435
Tributos a recolher	12	724	674
Fornecedores e contas a pagar	13	311.559	393.931
Empréstimos financeiros–parte relacionada	14	505.954	327.672
Empréstimos financeiros	15	81.060	76.784
Salários e encargos trabalhistas		1.101	1.374
Não circulante		9.907.558	7.726.494
Empréstimos financeiros–parte relacionada	14	8.566.353	6.321.532
Provisão para obrigações por abandono de ativos	17	1.341.205	1.404.962
Patrimônio líquido		3.026.048	3.656.468
Capital social	18	9.549.363	9.549.363
Ajustes acumulados de conversão	18	2.794.759	2.728.336
Prejuízos acumulados	18	(9.318.074)	(8.621.232)

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2021 e 2020 *Em MR$*

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(696.843)	(2.716.316)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de conversão de moeda	66.423	1.239.569
Resultado abrangente total do exercício	(630.420)	(1.476.748)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2021 e 2020 (*Em MR$*)

	Capital social	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31/12/19	9.458.009	91.354	1.488.768	(5.904.915)	5.133.216
Aumento de capital	91.354	-	-	-	91.354
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.716.316)	(2.716.316)
Ajuste de conversão do exercício	-	-	1.239.568	-	1.239.568
AFAC	-	(91.354)	-	-	(91.354)
Saldos em 31/12/20	9.549.363	-	2.728.336	(8.621.231)	3.656.468
Prejuízo do exercício	-	-	-	(696.843)	(696.843)
Ajuste de conversão do exercício	-	-	66.423	-	66.423
Saldos em 31/12/21	9.549.363	-	2.794.759	(9.318.074)	3.026.048

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/2021 e 2020 (*Em MR$*)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(403.363)	127.007
Prejuízo antes do I.R. e da C.S.	(1.009.398)	(3.620.344)
Ajustes para conciliar o prejuízo antes do I.R. e da C.S. ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	97	133.924
Juros sobre empréstimos–parte relacionada	149.314	132.251
Impairment de ativos não financeiros	-	2.857.378
Juros sobre empréstimos bancários	3.298	2.930
Juros sobre provisão custo de abandono	75.436	53.786
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos	(781.253)	(440.076)
Contas a receber	-	176.709
Adiantamento de óleo com parceiro	(2.407)	171.673
Tributos a recuperar	(7.138)	(8.631)
Adiantamentos à operadora	29.987	50.703
Depósitos judiciais	(1.261)	(1.373)
Estoque de equipamentos	(114.709)	(110.499)
Outros ativos e passivos	624.414	117
Tributos a pagar	50	(11.716)
Fornecedores e contas a pagar	(82.372)	28.717
Fornecedores e contas a pagar–parte relacionada	-	(1.323)
Salários e encargos trabalhistas	(273)	(208)
Provisões para obrigações por abandono de ativos	(63.757)	275.466
Juros pagos – parte relacionada	-	(1.246)
Juros pagos	(4.644)	(1.308)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(753.478)	(1.180.167)
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(753.478)	(1.180.167)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	1.721.024	1.040.306
Captação de empréstimos–parte relacionada	1.721.024	1.468.764
Captação de empréstimos	-	91.206
Pagamento de empréstimos–parte relacionada	-	(474.751)
Pagamento de empréstimos	-	(44.913)
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	-	91.354
AFAC	-	(91.354)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	(563.139)	4.894
Aumento/(Redução) nas disponibilidades	1.044	(7.960)
Disponibilidade no início do exercício	7.435	15.395
Disponibilidade no final do exercício	8.479	7.435

Shouzhi Huang - Chief Executive Officer; Zhang Shuang - Chief Financial Officer; Domingues e Pinho Contadores Ltda - CRC – RJ 001137/O-0; Gloria Cunha dos Santos - CRC- RJ 059.507/O-0 – Contadora

As demonstrações financeiras completas acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes estão disponíveis na sede social da empresa.